

MARCO A. BRINATI

95-97



Para entender a situação na universidade neste último ano e meio, é importante compreender o clima geral do país. Na esteira de um plano de estabilização econômica, que eliminou o fantasma da inflação à custa de desemprego, altas taxas de juros e desequilíbrio na balança comercial, FHC elegeu-se presidente no primeiro turno, em outubro de 94. E, com sua eleição, vieram as propostas de reformas de cunho liberal, que visavam reduzir o tamanho do Estado, privatizando suas empresas e retirando direitos sociais da classe trabalhadora. Primeiro, foram as emendas constitucionais da ordem econômica, aprovadas sem muita resistência do congresso e da sociedade civil. Depois, para o encaminhamento das reformas previdenciária e administrativa, foram lançados balões de ensaio para avaliar a reação dos cidadãos, sindicatos, centrais de trabalhadores e partidos políticos. Diante da resistência encontrada e do calendário eleitoral, as propostas foram sendo alteradas. Vencido agora o segundo turno, o governo deve intensificar suas ações para aprovação dessas

reformas, se não for atropelado pelas negociações em torno da emenda da reeleição. O pacote de medidas provisórias, lançado em outubro, busca mais causar impacto na mídia do que resolver definitivamente o déficit do governo. A propósito, a reforma tributária, tão anunciada durante a campanha presidencial, ainda não foi colocada na agenda; o governo procura resolver seus problemas de caixa cortando os gastos com o funcionalismo, mantido sem reajuste salarial há quase dois anos. Implanta-se, assim, ao nível federal, uma política de destruição dos serviços públicos que se propaga aos estados e municípios, por meio de uma política fiscal restritiva. Omite-se que os gastos públicos, em termos de porcentagem do PIB, são muito menores no Brasil que nos países do primeiro mundo, e ignoram-se os efeitos da deterioração dos serviços públicos sobre o poder aquisitivo e a qualidade de vida da população.

No plano da educação superior, a reforma procura atingir a autonomia universitária, retirando-a da carta magna e inserindo-a numa lei infraconstitucional. Apesar da rejeição majoritária de docentes,

funcionários, estudantes e dirigentes das universidades públicas, o governo insiste com a iniciativa, sob o pretexto de que o princípio constitucional da autonomia passou a impedir que ele controlasse a qualidade da universidade privada. O mesmo argumento frágil é utilizado para a defesa do “provão” de fim de curso. Ora, sendo a educação superior privada uma concessão do poder público, caberia ao governo federal exercer uma fiscalização contínua sobre as instituições privadas.

O estado de São Paulo atravessa uma grave crise econômica, construída ao longo das gestões anteriores e amplificada nos dois últimos anos pela política de juros elevados do governo federal; na base de tudo está a baixa arrecadação do Estado, provocada por uma sonegação fiscal desenfreada. O espaço que deveria caber a um estadista está sendo ocupado por burocrata-contadores, que cortam despesas sem avaliar suas conseqüências.

É evidente que a conjuntura externa tem afetado profundamente a vida universitária neste período. As propostas de reforma da previdência social, em maior grau, e da

reforma administrativa geraram um clima de insegurança e desconforto, provocando uma elevação acentuada dos pedidos de aposentadoria. Muitos docentes, após longos anos de dedicação à universidade, sentem que um contrato social está prestes a ser rasgado; direitos à estabilidade e à aposentadoria integral e em regime especial, denunciados como privilégios, podem ser suprimidos.

A crise econômica estadual agrava a situação salarial na universidade, fato que, em conjunção com as propostas de modernidade, tem estimulado as saídas individuais. Desta forma, realimenta-se a concepção de que é necessário ser “competente” para complementar o salário, via bolsas de pesquisa, participação em convênios, cursos de extensão, assessorias e consultorias. A crise econômica vem provocando a redução do quadro docente, pois as vagas abertas com a aposentadoria e demissão de docentes não têm sido preenchidas; a sobrecarga didática só não é mais pronunciada porque disciplinas optativas ou de pós-graduação deixam de ser oferecidas e, além disso, a universidade vem recorrendo a alunos de pós-graduação para ministrar aulas, fatos igualmente criticáveis.

Neste quadro, as questões coletivas são relegadas ao segundo plano e a capacidade de reflexão crítica se reduz; perde-se a noção de conjunto e se amplifica a relevância de suas partes. São implementadas soluções que resolvem problemas locais sem examinar seus efeitos globais. Não se questiona se os docentes em tempo integral recebem duas vezes pelo

mesmo trabalho ou se o setor privado se apropria indevidamente da produção da universidade pública. Não se questionam também as conseqüências que esta forma de trabalho tem sobre as atividades-fim da universidade. Os dirigentes incentivam, implicitamente, as iniciativas para trazer mais recursos para a universidade, mas não se preocupam com as suas conseqüências. Tampouco se dispõem a defender com firmeza os recursos públicos destinados, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, à universidade.

Em meio a essa transformação ditada pela conjuntura externa, outros fatores específicos têm contribuído para a desagregação da vida acadêmica. Observa-se um acirramento dos conflitos em torno do regime de trabalho, que fazem com que uma considerável parcela do corpo docente, sob risco de futuras avaliações, acabe não se envolvendo, de forma mais ativa, na discussão de questões centrais da universidade.

O cenário torna-se extremamente favorável para que uma gestão autoritária imponha, sem muita resistência, uma variada gama de medidas afetando desde a vida acadêmica e as condições de trabalho até o direito a atendimento médico e o acesso ao *campus*.

Assim, é compreensível que tenham pouca repercussão as chamadas da entidade sindical, buscando o envolvimento do docente em questões salariais, acadêmicas ou mesmo relativas à democracia universitária ou às reformas constitucionais. Ainda que muitos possam concordar com as iniciativas da en-

tidade, a poucos é delegada a tarefa de sair à luta. Esvaziam-se os grupos de trabalho do sindicato, reduz-se a participação e adesão às decisões de suas instâncias deliberativas. O quadro não é, portanto, muito diferente do que se ouve falar em outros movimentos organizados, com raras e elogiosas exceções.

Dentro do contexto pouco propício, foram definidas algumas prioridades de atuação. Como de hábito, duas questões de natureza econômica foram objeto de intervenção da Adusp neste período: negociação salarial e defesa de recursos para as universidades. Bem no início da gestão, houve o desfecho do embate na Assembléia Legislativa em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1996 (LDO/96). Diante de pequena mobilização de docentes e funcionários e da omissão dos reitores da USP e Unicamp, as universidades sofreram uma derrota. Não foi possível vencer a proposta do executivo estadual de que, em caso de aumento real da arrecadação de ICMS, a dotação das universidades fosse congelada ao nível de 95. Atenuou-se um pouco a perda conseguindo-se adicionar 2,4% do eventual crescimento de arrecadação. Mas, as brechas existentes na lei têm permitido à Secretaria da Fazenda uma aplicação tendenciosa que vem agravando a já precária situação econômica das universidades estaduais paulistas.

Após um ano sem reajuste, período em que os salários atingiram o pior nível dos últimos 20 anos, a negociação de data-base de 96 foi marcada pela intransigência dos rei-

tores. Enquanto o reajuste concedido, 7,63%, ficou bem abaixo das perdas que o próprio Cruesp reconheceu, os recursos reservados a despesas de custeio e investimento em 1996 cresceram 25%, em termos reais, com relação a 1995. Esta contradição levou funcionários e docentes das três universidades a entrar em greve. A duração e o nível de adesão variaram muito de entidade para entidade e de um *campus* para outro. Entre os docentes da USP, embora a indignação com o reajuste fosse grande e algumas assembléias fossem relativamente concorridas, faltava a disposição e disponibilidade para ampliar o movimento e pressionar a reitoria e o Cruesp. A decisão de sair da greve, sem nenhum avanço, decorreu da avaliação de que já não se conseguia exercer pressão forte simultaneamente sobre as três reitorias.

Apesar de seu insucesso para aumentar o reajuste de data-base, a greve propiciou condições para que docentes, funcionários e, principalmente, estudantes das três universidades exercessem pressão junto à Assembléia Legislativa durante a tramitação da LDO/97. Duas vitórias foram obtidas: eliminou-se o redutor de repasse vigente na LDO/96 e barrou-se uma emenda que instituiu o ensino pago nas universidades públicas estaduais. A primeira delas corre agora o risco de escapar entre os dedos da mão, em virtude de ardilosa manipulação contábil do governo estadual. Este projeto de lei orçamentária não pretende aplicar a alíquota de 9,57% sobre o montante transferido pelo governo federal, como

compensação pela isenção fiscal aos produtos de exportação e bens de ativo fixo. Graças à iniciativa do Fórum das Seis, foram apresentadas, por partidos da oposição, emendas que corrigem esta distorção, mas para que elas possam ser aprovadas haverá necessidade de exercer forte pressão sobre o Legislativo.

A campanha pela extinção dos contratos precários foi uma das prioridades estabelecidas pela gestão. Essa forma de contratação de docentes adotada pela USP afronta a legislação vigente no país e prejudica a qualidade do trabalho em função da insegurança que gera para os docentes. Esses contratos servem, em muitos casos, como arma política nas mãos dos detentores do poder para controlar o trabalho e as decisões de parcela do corpo docente. É necessário romper com o *status quo*, evitando que essa forma ilegal de contratação se perpetue. A Adusp elaborou uma proposta que foi, agora em novembro, submetida a um plebiscito e, posteriormente, deverá ser apreciada pelo Conselho Universitário.

Durante esse período, a Adusp esteve envolvida em diversos outros embates, tanto no plano interno quanto externo. No nível interno, cabe destacar: a campanha HIVIDA, pelo atendimento aos HIV soro-positivos da comunidade da USP, e a campanha USP Aberta, contra o fechamento do *campus* nos fins de semana. No plano externo, convém ressaltar: as manifestações de apoio à reforma agrária e ao MST e a denúncia do massacre em Eldorado dos Carajás; organização e participação no I Con-

gresso Nacional da Educação; participação em seminários sobre autonomia universitária, discutindo a experiência das estaduais paulistas.

A Adusp participou ativamente do Congresso da Andes-SN e dos Conad's realizados nesse período, bem como promoveu debate e preparou Informativo Extra a respeito da eleição para a renovação da direção do Sindicato Nacional das Instituições de Nível Superior.

A Revista Adusp, lançada na gestão anterior, continuou recebendo os mesmos cuidados e tem tratado de temas polêmicos e atuais como globalização, reforma agrária, desaparecidos políticos, as desigualdades que caracterizam o nosso país. Uma edição especial foi dedicada a Florestan Fernandes, mostrando um pouco do seu trabalho e trajetória, e da dor de sua perda.

A Adusp completa seus primeiros 20 anos num momento em que a conjuntura oferece imensos desafios, e, pelo muito que já fez, tem condições de enfrentá-los com sucesso. No plano interno, já há uma iniciativa, em fase final de elaboração, para reverter o quadro desfavorável: a partir do lançamento de uma proposta de programa para o próximo reitor, espera-se que as questões relevantes para a universidade passem a ser discutidas mais amplamente.

No plano externo, o caminho é mais árduo e requer o estreitamento da articulação com o movimento sindical, objetivando conseguir respostas ao processo de globalização e às propostas de reformas liberais que melhor atendam à população brasileira.